

Taxando a Poupança e o Investimento

Dionísio Dias Carneiro

Economista, prof. do IAPUC e diretor do IEPE/CdG

03 de janeiro de 2008

Nos idos dos anos oitenta, quando visitava o Brasil, ao ouvir uma explicação tortuosa do ministro da Fazenda brasileira sobre o IOF, o professor Franco Modigliani, um dos mais brilhantes economistas do século 20, interrompeu-o dizendo: “já entendi, vocês gostam de taxar ao mesmo tempo a poupança e o investimento”. Este é um bom pano de fundo para refletir sobre algumas pérolas que acompanharam o anúncio do “não pacote” da medidas para compensar o governo das perdas de receita depois da derrota do CPMF no Senado. Na realidade, o governo sempre deseja ampliar o papel de intermediário financeiro do Estado brasileiro, que produziu nos anos setenta, a explosão da dívida pública e a hiperinflação dos oitenta e noventa.

Na visão de curto prazo, na qual se refugiam as peripécias verbais das explicações oficiais, o problema é repor a receita sem “quebrar promessas”. Mas o mais importante é não prejudicar a imagem das siglas da propaganda oficial, como o PAC, de modo a preservar as portas de negociação com o Congresso e a imagem que será vendida na campanha eleitoral.

Em uma visão de longo prazo, perturba-se a consolidação do crescimento. Três exemplos de falhas graves na agenda ilustram a seriedade do problema. A combinação de incapacidade gerencial com valorização da propaganda oficial já provocou um atraso significativo na oferta de eletricidade. O tal “modelo para o gás” que foi anunciado com estardalhaço pela então ministra de Minas e Energia resultou nos maiores embaraços dos últimos anos em matéria cuja importância não precisa ser sublinhada para desenhar os limites físicos ao crescimento da oferta produtiva. O segundo exemplo é a postergação permanente da reforma tributária, que se converteu em “agenda de desgaste”, permanentemente submetida às conveniências das manobras políticas com deputados e governadores. O governo herdou um sistema diabólico de arrecadação montado pelo seu antecessor, que transformou as incertezas de arrecadação da época de alta inflação em incerteza tributária. Os custos do investimento privado ficam maiores. O terceiro exemplo é o desmonte das reformas trabalhista e previdenciária, sob o peso da coalizão maligna entre lideranças sindicais trabalhistas e empresariais cevadas nas instituições dos anos trinta, que prejudicam o emprego formal.

A médio prazo, o desprezo pelas reformas de longo alcance produz um ambiente de barganha política que alimenta a corrupção, impede a identidade partidária e trata de pasteurizar as agendas, criando um simulacro de democracia, baseada na distribuição de recursos públicos aos aliados de ocasião.

Mais uma vez, a questão mais preocupante é o caminho para o populismo econômico que permeia as decisões do governo Lula desde a saída de Antônio Palocci. O governo baseia suas decisões naquilo que pode ser usado como propaganda eleitoral, enquanto a economia sofre as conseqüências que não são percebidas pelo público, a curto prazo. Um exemplo é a maior incerteza quanto à capacidade de resposta do Banco Central à aceleração inflacionária que está em curso. Outro é a velocidade excessiva do crescimento do crédito, que aumenta o vapor das caldeiras que aceleram as pressões inflacionárias. Agora, quando os investimentos privados começam a mostrar resultados,

comprometidos com programas que aumentarão o crescimento potencial, o governo trata de taxar as duas fontes mais importantes de investimentos – os lucros retidos e o endividamento empresarial – e de capitalizar os benefícios políticos do endividamento das famílias.

A retomada do crescimento econômico está sob três sérias ameaças: a aceleração da inflação, a perspectiva cada vez mais concreta de crise na oferta de energia em 2008 e 2009 e as fortes incertezas que dominam as perspectivas da economia mundial. A retórica populista dificulta o aperto monetário que é necessário agora. De forma gradual, desbasta a confiança conquistada na capacidade de responder aos desafios da deterioração do cenário econômico. Em contraste com o que ocorreu em 2004, é maior o risco de reação errada a uma deterioração súbita da demanda externa e da inflação. No novo quadro, se houver um aumento da desconfiança externa, as lições recentes adicionam lenha à fogueira do risco Brasil. Com a grande conspiração contra o progresso econômico que caracteriza a nova heterodoxia chavista na América Latina, os riscos de contaminação, mais cedo ou mais tarde, serão levados em conta pelos investidores.